

**ASPECTOS DA INSERÇÃO DO NEGRO NO
MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO ABC**

Como contribuição ao debate sobre a participação do negro no mercado de trabalho, a Fundação Seade, o DIEESE e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC apresentam informações extraídas da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED que ilustram aspectos da inserção dos negros no mercado de trabalho da Região do ABC. O objetivo do trabalho é de colaborar na compreensão e, eventualmente, na elaboração de políticas públicas que atenuem as desigualdades existentes entre negros e não negros¹.

Da análise dos dados é possível identificar pequenas reduções nas disparidades no tocante aos rendimentos e desemprego de negros e não negros. Enquanto a taxa de desemprego total na região do ABC foi reduzida em 0,4 pontos porcentuais entre os biênios 2010-2011 e 2012-2013, a de negros diminuiu 1,4 ponto porcentual e a de não negros manteve-se relativamente estável. Na mesma base de comparação, os rendimentos médios reais por hora de trabalho dos negros aumentaram 14,6%, enquanto a dos não negros cresceu 11,2%.

De modo geral, e não obstante o ciclo de crescimento econômico recente ter contribuído para minorar as desigualdades entre negros e não negros no mercado de trabalho, o que observa-se é que mesmo nessas ocasiões de maior dinamismo econômico e de oportunidades, permanecem as estruturas que perpetuam as desigualdades de acordo com critérios de raça.

Mercado de trabalho

Da análise da estrutura do mercado de trabalho, na região do ABC, verifica-se que, no biênio 2012-2013, os negros representavam 30,7% da População em Idade Ativa (PIA) e 31,2% da População Economicamente Ativa (PEA) - que representa o conjunto de ocupados e

¹ O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros engloba brancos e amarelos.

desempregados. A proporção de desempregados negros em relação ao total de desempregados da região era de 34,7%, o que significa que esteve ligeiramente sobrerepresentado no período em análise.

A taxa de participação - definida como a proporção da PEA em relação à PIA - correspondia a 62,5% para negros e a 61,0% para não negros em 2012-2013, apresentando decréscimo para os negros e relativa estabilidade para os não negros, em relação ao biênio 2010-2011. No mesmo período, observa-se maior recuo dessa taxa, no caso de homens negros, e aumento entre as mulheres, em ambos os segmentos. (Tabela 1).

Tabela 1

Taxas de participação, por raça/cor e sexo

Região do ABC (1) – 2010-2013

| Anos | Total geral | Negros | | | Não negros | | | Em porcentagem | |
|-----------|-------------|--------|----------|--------|------------|----------|--------|----------------|--|
| | | Total | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | | |
| | | | | | | | | | |
| 2010-2011 | 61,6 | 63,2 | 55,7 | 71,0 | 60,9 | 52,3 | 70,6 | | |
| 2012-2013 | 61,5 | 62,5 | 56,2 | 69,2 | 61,0 | 52,8 | 70,3 | | |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

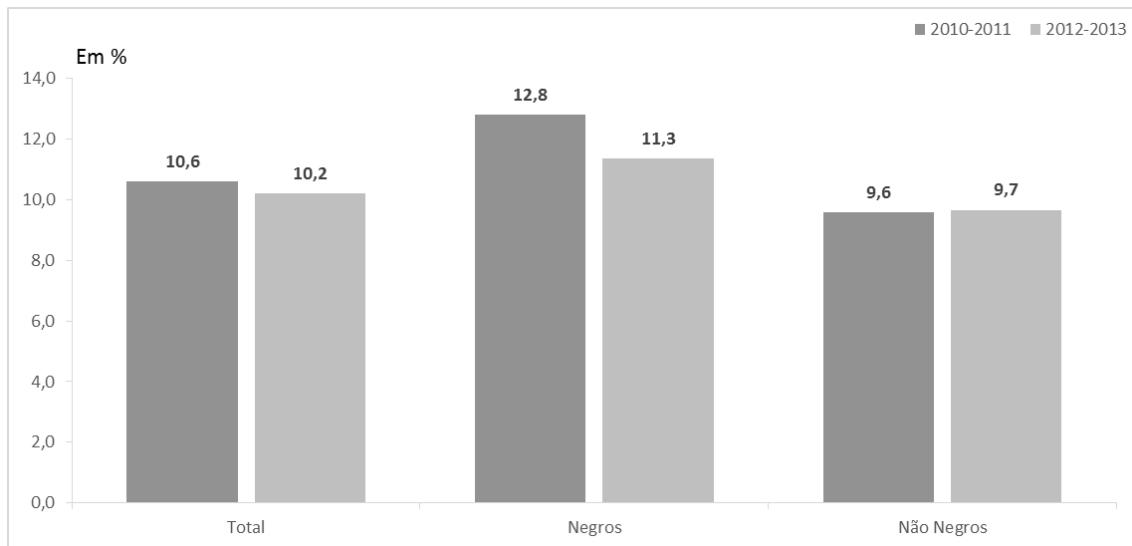
(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

No biênio em análise, a taxa de participação de negros e não negros diminuiu mais intensamente em alguns grupos populacionais específicos, como os mais jovens e as pessoas com menor nível de instrução. Esse fato, provavelmente, reflete o crescimento econômico do período, que possibilitou o aumento de postos de trabalho ocupados por membros do grupo familiar com idades mais elevadas, permitindo aos jovens permanecer mais tempo dedicando-se exclusivamente aos estudos. Associado a isso, a elevação do nível de exigência de qualificação pelos empregados, a universalização da educação de nível fundamental e médio e as políticas públicas de valorização da educação da população em geral alteraram o perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Desemprego

A maior proporção de desempregados observada entre os negros reflete-se na diferença entre as taxas de desemprego desses dois segmentos. No período, a taxa de desemprego dos negros registrou redução ao passar de 12,8% para 11,3%, enquanto a dos não negros permaneceu em relativa estabilidade (9,6% para 9,7%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxas de desemprego, por raça/cor
Região do ABC (1) - 2010-2013



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade-DIEESE e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

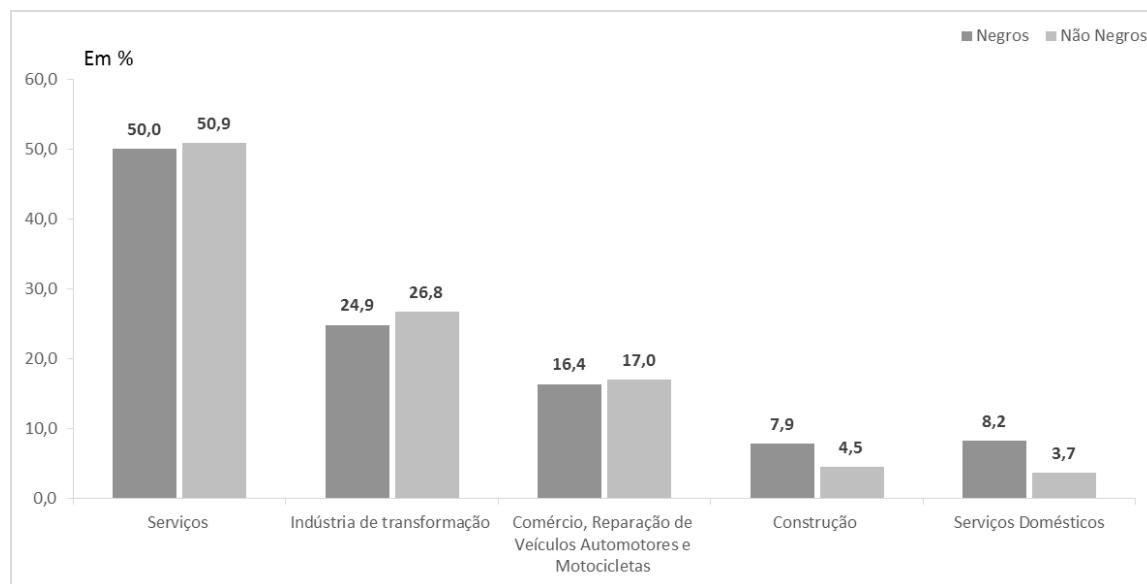
O diferencial das taxas de desemprego entre negros e não negros diminuiu sensivelmente nos últimos anos, embora as do primeiro segmento ainda superem a do segundo. Em 2012-2013, a diferença entre as taxas de desemprego de negros e não negros correspondia a 1,7 ponto porcentual, enquanto no biênio anterior era de 3,2 pontos porcentuais.

A redução da taxa de desemprego, apesar de ter sido generalizada entre os segmentos populacionais, foi mais acentuada para os negros, diminuindo seus diferenciais em relação aos não negros. As taxas de desemprego de negros e não negros com 16 anos a 24 anos, com fundamental incompleto e chefes de domicílio, foram as que mais se aproximaram no período.

Ocupação

A desigualdade de oportunidades de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros pode ser identificada quando se observa a composição dos ocupados nos principais setores de atividade econômica (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Distribuição dos ocupados, por setores de atividade, segundo raça/cor
Região do ABC (1) - 2012/2013



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade-DIEESE e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC
 Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

Responsáveis por mais da metade dos postos de trabalho na região, os Serviços passaram a abrigar 50,0% do total de ocupados negros e 50,9% de não negros, em 2012-2013. A participação de negros também era inferior à dos não negros na Indústria (24,9% e 26,8%, respectivamente) e no Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (16,4% e 17,0%, respectivamente). Os setores em que a proporção de negros superava a de não negros - Construção Civil (7,9% e 4,5%, respectivamente) e Serviços Domésticos (8,2% e 3,7%, respectivamente) - são aqueles em que, tradicionalmente, predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, remunerações mais baixas e relações de trabalho mais precárias, sendo, por consequência, menos valorizados socialmente.

No setor Serviços, a proporção de negros é maior que a de não negros no Transporte, Armazenagem e Correio (6,8%), Atividades Administrativas e Serviços Complementares (7,0%) e Alojamento e Alimentação; outras atividades de serviços; Artes, Cultura, Esporte e Recreação (11,5%).

Nos ramos os quais exigem-se mais qualificação profissional e nível de escolaridade, os não negros apresentam maior parcela do que os negros: Informação e Comunicação; atividades financeiras, de Seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas

(10,9%) e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais (14,9%).

Sob a ótica da posição na ocupação, os assalariados não negros no setor privado com carteira de trabalho assinada estavam proporcionalmente mais representados do que os negros (56,9% e 54,8%, respectivamente). Em contraposição, nas ocupações que em geral são mais precárias, essa relação inverte-se: assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada têm maior proporção de negros em relação aos não negros (9,3% e 8,0%, respectivamente); da mesma forma que entre os trabalhadores autônomos (16,2% de negros e 13,6% de não negros); e, principalmente, entre os trabalhadores domésticos, segmento no qual a proporção de negros é muito superior (8,2%) à dos não negros (3,7%) (Tabela 2).

Nota-se distância considerável entre as participações de negros e não negros assalariados no setor público: enquanto, a proporção de ocupados não negros que estava empregada no setor público era de 8,9%, a proporção de negros era de 6,4%, no biênio 2012-2013. A explicação para essa diferença possivelmente tem origem no fato de cerca de metade dos assalariados do setor público possuir nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concursos, permitem inferir que a sub-representação de negros nesse setor deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais elevados de ensino, do que a eventuais ações discriminatórias de que possam ser vítimas.

No agregado das demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócios familiares, entre outros –, é ainda mais forte a diferença entre a participação de não negros (8,9%) e negros (5,0%). Nestes casos, dispor de riqueza acumulada que permita montar um negócio ou possuir nível superior de escolaridade provavelmente são fatores que explicam a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que qualquer outro fator, justifica a desigualdade presente.

Tabela 2

Distribuição dos ocupados, por raça/cor e sexo, segundo posição na ocupação

Região do ABC (1) – 2012/2013

| Posição na ocupação | Total | | | Negros | | | Não negros | | | Em porcentagem |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| | Total | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | |
| Total de Ocupados | 100,0 | |
| Total de Assalariados (2) | 72,8 | 70,3 | 74,9 | 70,6 | 64,6 | 75,5 | 73,8 | 72,8 | 74,7 | |
| Setor privado | 64,6 | 58,3 | 70,0 | 64,1 | 55,6 | 71,2 | 64,9 | 59,4 | 69,4 | |
| Com carteira assinada | 56,3 | 50,4 | 61,1 | 54,8 | 47,3 | 61,1 | 56,9 | 51,8 | 61,1 | |
| Sem carteira assinada | 8,4 | 7,8 | 8,9 | 9,3 | 8,3 | 10,1 | 8,0 | 7,6 | 8,3 | |
| Setor público | 8,2 | 12,0 | 4,9 | 6,4 | 9,0 | 4,2 | 8,9 | 13,4 | 5,2 | |
| Autônomos | 14,4 | 12,1 | 16,2 | 16,2 | 13,2 | 18,7 | 13,6 | 11,6 | 15,2 | |
| Empregados domésticos | 5,1 | 10,9 | (3) | 8,2 | 17,8 | (3) | 3,7 | 7,9 | (3) | |
| Demais posições (4) | 7,7 | 6,6 | 8,7 | 5,0 | (3) | 5,5 | 8,9 | 7,6 | 10,1 | |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade- Dieese e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (2) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. (4) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Explicação semelhante pode ser adotada para a expressiva sobrerepresentação de negros como empregados domésticos. Esse segmento compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do DIEESE, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na Região do ABC, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido predominantemente por mulheres negras, com idade mais avançada e baixo nível de escolaridade.

Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros na Região do ABC revelam o mesmo padrão de desigualdades já identificado, que em parte resulta das diferentes estruturas ocupacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme descritas anteriormente.

O rendimento médio por hora² de negros (R\$ 8,33) representava 61,7% daquele dos não negros (R\$ 13,48), em 2012-2013 (Tabela 3). Apesar da grande distância que ainda os separa, essa diferença diminuiu em razão da elevação do rendimento médio real dos negros (14,6%) ter sido superior ao dos não negros (11,2%), entre 2010-2011 e 2012-2013.

As maiores desigualdades de rendimentos por raça/cor continuam sendo verificadas nos setores em que a proporção de não negros supera a de negros e cujos rendimentos médios são

² Os dados de rendimentos são analisados por hora, com o objetivo de eliminar problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre homens e mulheres, raça/cor e setores e ocupações específicas. A inserção dos negros no mercado de trabalho da Região do Grande ABC.

mais elevados, geralmente em setores em que a estrutura produtiva é mais diversificada e com segmentos de uso intensivo de capital, fatores que requerem maiores qualificações dos trabalhadores. Assim, nos Serviços e na Indústria, os negros recebiam, respectivamente, 59,7% e 62,9% dos rendimentos por hora dos não negros, diferença que se reduz no Comércio (67,6%) (Tabela 3).

Tabela 3

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, por raça/cor e sexo, segundo setores de atividade
Região do ABC (3) – 2012/2013

| Setores de atividade | Total geral | Negros | | | Não negros | | | Em reais de julho de 2014 |
|--|-------------|--------|----------|--------|------------|----------|--------|---------------------------|
| | | Total | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | |
| | | 11,90 | 8,33 | 6,83 | 9,51 | 13,48 | 10,83 | 15,61 |
| Total (4) | | | | | | | | |
| Indústria de transformação (5) | 14,02 | 9,89 | (6) | 11,13 | 15,73 | 12,04 | 17,08 | |
| Metal-mecânica (7) | 15,98 | 11,58 | (6) | (6) | 17,62 | (6) | 18,47 | |
| Construção (8) | 10,90 | (6) | (6) | (6) | 12,89 | (6) | (6) | |
| Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (9) | 9,12 | 6,79 | (6) | (6) | 10,04 | 7,30 | 12,21 | |
| Serviços (10) | 11,85 | 8,07 | 7,03 | 9,68 | 13,53 | 11,46 | 16,39 | |
| Serviços domésticos (11) | 5,97 | (6) | (6) | (6) | (6) | (6) | (6) | |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado – ICV do Dieese. (2) Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusivo os que não trabalharam na semana. (3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (4) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção C da CNAE 2.0. (6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. (7) Divisões 24, 25, 26, 27, 28, 29 da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Inclui seções H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

A mesma lógica, em que os diferenciais de rendimentos são maiores quando os valores monetários são mais elevados, é percebida na análise por posição na ocupação. Destacam-se o rendimento médio real por hora dos assalariados com carteira de trabalho assinada no setor privado, que equivalia a 65,3% do rendimento dos não negros em 2012-2013 (Tabela 4).

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados aos referentes ao sexo são reveladores das desigualdades que ainda permanecem no mercado de trabalho da região, mesmo com as suaves melhorias ocorridas para as mulheres negras, entre 2010-2011 e 2012-2013, conforme Gráfico 3.

Tabela 4

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, por raça/cor, segundo posição na ocupação Região do ABC (3) – 2012/2013

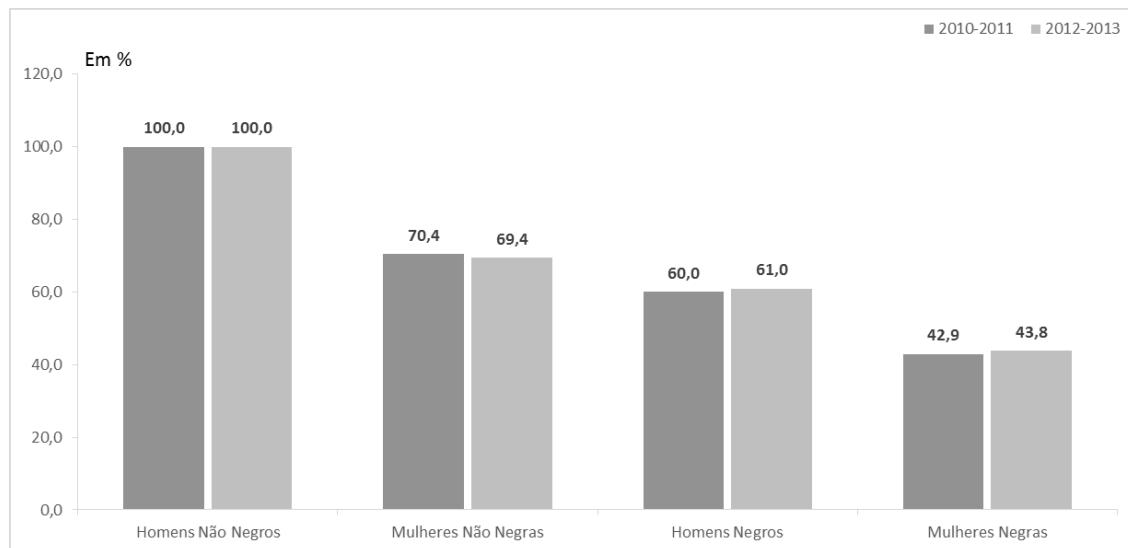
| Posição na ocupação | Total | Em reais de julho 2014 | |
|----------------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| | | Negros | Não negros |
| TOTAL DE OCUPADOS | 11,90 | 8,33 | 13,48 |
| Total de Assalariados (4) | 11,94 | 8,63 | 13,35 |
| Setor privado | 11,34 | 8,24 | 12,73 |
| com carteira assinada | 11,75 | 8,57 | 13,12 |
| sem carteira assinada | 8,26 | (5) | 9,45 |
| Setor público | 17,20 | (5) | 18,42 |
| Autônomos | 9,45 | 7,16 | 10,67 |
| Empregados domésticos | 5,97 | (5) | (5) |
| Demais posições (6) | 21,63 | (5) | 23,39 |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado – ICV do Dieese. (2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana. (3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (4) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertence a empresa em que trabalham. (5) A amostra não comporta a disagregação para esta categoria. (6) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

GRÁFICO 3

Proporção dos rendimentos médios reais por hora(1) dos ocupados(2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros
Região do ABC(3) –2010-2013



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade–DIEESE e MTE/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Notas: (1) Inflator utilizado: ICV do DIEESE

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

(3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

O crescimento da economia nos últimos anos produziu reflexos positivos no mercado de trabalho da região, contribuindo para a melhoria de negros e não negros. Como visto, alguns sinais

dessas melhorias entre os negros manifestaram-se no decréscimo mais intenso da taxa de desemprego, no aumento da proporção de ocupados nos Serviços e na Indústria, na expansão de formas regulamentadas das relações de trabalho, que garantem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como no decréscimo daquelas que, em geral, não são regulamentadas. Apesar desses movimentos, ainda persistem desigualdades e o crescimento econômico por si só não é capaz de garantir igualdade de oportunidades em um horizonte razoável de tempo para as atuais e futuras gerações de trabalhadores, enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, do nível de escolaridade. Este é um dos principais elementos na melhoria das condições de acesso e da trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho, possibilitando movimentos de ascensão social e econômica maiores.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

Ocupados - são os indivíduos que:

- a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;
- c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS - são os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- a) **DESEMPREGO ABERTO** - pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- b) **DESEMPREGO OCULTO - Pelo trabalho precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; **Pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (menores de 10 anos) - correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTOS DO TRABALHO - corresponde ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido há horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA GLOBAL DE PARTICIPAÇÃO - é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - equivale à relação entre Desempregados e População Economicamente Ativa. Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

RENDIMENTO MÉDIO: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMR-IBGE, até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

Instituições Participantes

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Apoio

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT